da Informação, matrícula nº 0100236, **GEORGE GILSON OLIVEIRA DOS REIS**, Auditor de Controle Externo- Analista de Sistema, matrícula nº 0101056 e **MARIA DO SOCORRO CARVALHO**, Assessor de Tecnologia da Informação, matrícula nº 0100667, concedendo-lhes 04 (quatro) diárias e ½ (meia), para o período de 25 a 29-03-2018.

Protocolo: 288910

OUTRAS MATÉRIAS

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 047/2018

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Substituto, Julival Silva Rocha, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor OCIMAR GUERREIRO DE MENDONÇA JÚNIOR, Coordenador à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2007/52288-2, que trata da Tomada de Contas instaurada no Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Eugênia Cavaleiro de Macêdo, referente ao Convênio SEDUC nº 293/2006. Belém, 12 de março de 2018.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

Protocolo: 289019

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº DO TERMO ADITIVO: 1º TA Nº DO CONTRATO: 07/2017-MPC/PA

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para a realização de desmontagem de 01 (um) elevador existente no prédio sede do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, bem como para a aquisição de e instalação de 01 (um) elevador novo em substituição do equipamento antigo do mesmo prédio, com serviço de conservação/manutenção em garantia, durante o período de 12 (doze) meses.

Valor do Contrato: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2016-MPC/PA
Partes: Ministério Público de Contas do Estado do Pará e empresa Elevadores Villarta Ltda.

Objeto e Justificativa do Aditamento: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, tendo em vista a necessidade de análise e adequações dos serviços.

Vigência: 08/03/2018 a 07/03/2019

Ordenador Responsável: **SILAINE KARINE VENDRAMIN**
PROCURADORA-GERAL DE CONTAS DO ESTADO

Protocolo: 288863

DIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 02/2018 – MPC/PA – CONSELHO

Dispõe sobre a autorização para viagem da Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Estado para participação em evento.

O Conselho Superior do Ministério Público de Contas do Estado, órgão consultivo de administração superior do Ministério Público de Contas do Estado, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação de viagem da Procuradora-Geral de Contas para participar, no dia 13/03/2018, da cerimônia de posse da Diretoria, Conselho Fiscal e Diretores Regionais da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, biênio 2018/2020, a ser realizada em Brasília/DF; **CONSIDERANDO** os termos do art. 4º, inciso V, da Resolução nº 15/2016-MPC/PA – Colégio, bem como do art. 4º, § 2º, da Resolução nº 19/2016-MPC/PA – Colégio;

RESOLVE:

Art. 1º – **Autorizar** a viagem da Procuradora-Geral de Contas, Dra. Silaine Karine Vendramin, à Capital Federal, no período de 13 a 14/03/2018, para participar do evento acima indicado.

Art. 2º – **Conceder** à referida PGC 01 (uma) e ½ (meia) diária, correspondente ao período de afastamento, na forma da Resolução nº 19/2016-MPC/PA – Colégio.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 09 de março de 2018

PATRICK BEZERRA MESQUITA
CORREGEDOR-GERAL DE CONTAS
Membro Nato do Conselho Superior do MPC/PA

GUILHERME DA COSTA SPERRY
PROCURADOR DE CONTAS
Membro Eleito do Conselho Superior do MPC/PA

FELIPE ROSA CRUZ
PROCURADOR DE CONTAS
Membro Substituto do Conselho Superior do MPC/PA

Protocolo: 288871

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 1.226/2018-MP/PGJ

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados na nomeação de servidores comissionados e na admissão de servidores efetivos do Ministério Público do Estado do Pará, bem como na designação de servidores efetivos para função de confiança e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2.006, e

CONSIDERANDO os princípios norteadores da Administração Pública, inseridos no art. 37, caput da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 27, de 10 de março de 2008, que veda o exercício da advocacia aos servidores efetivos, comissionados, requisitados ou colocados à disposição do Ministério Público dos Estados e da União;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 178, incisos VII e XXII da Lei Estadual 5.810 de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Egrégio CPJ nos autos do Processo nº 013/2015-CPJ, no sentido de que os servidores, efetivos e comissionados do Ministério Público do Estado do Pará, graduados em Direito, tem incompatibilidade para com o exercício da advocacia, nos exatos termos da Resolução nº 027, de 2008, do CNMP, em vigor e que rege a matéria no âmbito dos Ministérios Públicos brasileiros;

CONSIDERANDO a Resolução nº 177, de 5 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no quadro dos serviços auxiliares do Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos típicos como causa de ineligibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de se disciplinar as rotinas administrativas a serem observadas na admissão de servidores comissionados do Ministério Público do Estado do Pará e de servidores efetivos do Ministério Público do Estado do Pará, bem como na designação de servidores efetivos para função de confiança;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria disciplina os procedimentos a serem adotados na nomeação de servidores comissionados e na admissão de servidores efetivos do Ministério Público do Estado do Pará, bem como na designação de servidores efetivos para função de confiança.

Art. 2º A nomeação e posse para os cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão do quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Pará, depende do atendimento, pelo interessado, dos seguintes requisitos:

I - ser brasileiro, nos termos da Constituição;

II - ter completado 18 (dezoito) anos;

III - estar em pleno exercício dos direitos políticos;

VI - ter sido habilitado em concurso público de provas ou provas e títulos para os cargos de provimento efetivo;

IV - ser julgado apto em inspeção de saúde realizada em órgão médico oficial do Estado do Pará, ou, no caso de nomeação, exame admissional de médico do trabalho;

V - possuir a escolaridade exigida para o exercício do cargo;

VI - declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos, bem como declarar a compatibilidade de horários no caso de acumulação lícita de cargos;

VII - declarar expressamente, sob as penas da lei, não incidir em qualquer das hipóteses de vedação prevista em lei ou na Resolução nº 177, de 5 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

VIII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

Parágrafo Único: A designação de servidor efetivo para ocupar função de confiança está condicionada a apresentação da

declaração de que trata o inciso VII.

Art. 3º Para compor os elementos necessários ao assentamento individual do servidor, bem como, para fins de comprovação dos requisitos enumerados no art. 2º, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

I - documento de identificação válido;

II - comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

III - Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Título de Eleitor;

V - Certidão de Quitação Eleitoral;

VI - Certificado Militar - somente para homens;

VII - duas fotografias 3 x 4, fundo branco, recentes, sem data e sem perfurações;

VIII - comprovante de residência;

IX - número de inscrição no PIS, PASEP, NIS ou NIT com as devidas comprovações;

X - Certidão de Casamento ou união estável, conforme o caso;

XI - Certidão de nascimento ou carteira de identidade dos dependentes, se houver, acompanhada de formulário específico preenchido, conforme modelo disponibilizado pelo Departamento de Recursos Humanos;

XII - certificado de escolaridade ou Diploma de curso superior, de acordo com a exigência do cargo a ser ocupado;

XIII - comprovação de Tipo Sanguíneo e fator RH;

XIV - Curriculum Vitae;

XV - Certidão ou Declaração negativa da Justiça Federal, Estadual, Distrital, do Trabalho, Militar Estadual e Militar da União, Eleitoral e atestados de antecedentes das Polícias Federal e Estadual;

XVI - Certidões ou Declarações negativas do Tribunal de Contas da União, do Estado e quando for o caso, do município;

XVII - Certidão ou declaração negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;

XVIII - Certidão ou declaração negativa do Conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído o exercício da profissão por decisão sancionatória judicial ou administrativa;

XIX - Certidão ou declaração dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais, em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido, a qualquer título, não teve cassada aposentadoria ou disponibilidade e não foi destituído de cargo em comissão.

XX - ficha Cadastral conforme modelo disponibilizado pelo Departamento de Recursos Humanos.

1º As Certidões ou declarações negativas de que tratam os incisos XV e XVI devem ser emitidas pelos órgãos com jurisdição sobre o domicílio do nomeado ou designado.

2º As Certidões ou declarações negativas de que tratam os incisos XV a XIX, devem ser apresentadas no caso de designação de servidor efetivo para ocupar função de confiança.

Art. 4º O ato da posse será emitido e lavrado pelo Departamento de Recursos Humanos, mediante documento próprio e sequenciado, assinado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo servidor empossado, que deverá apresentar os seguintes documentos:

I - declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio; ou declaração de Imposto de Renda Pessoa Física - DIRPF do ano anterior;

II - declaração quanto ao exercício, ou não, de outro cargo, emprego ou função pública;

III - declaração de não participação em gerência ou administração de empresa privada;

IV - declaração positiva ou negativa de parentesco;

Art. 5º No início do exercício, que deverá ocorrer dentro do prazo de trinta dias da data de posse, o servidor firmará declaração de entrada em exercício.

1º Caso o interessado seja inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, deverá apresentar, ainda:

I - se nomeado para cargo de provimento em comissão, protocolo de pedido de Licenciamento de Inscrição no Quadro de Advogados da OAB e no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, a competente Certidão de Licenciamento;

II - se nomeado para cargo de provimento efetivo, protocolo de pedido de Cancelamento de Inscrição no Quadro de Advogados da OAB e no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, a competente Certidão de Cancelamento;

2º Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no caput deste artigo.

3º As eventuais pendências na entrega dos demais documentos deverão ser sanadas no prazo de cinco dias da notificação do interessado pelo Departamento de Recursos Humanos, sob pena de exoneração ou responsabilização em processo administrativo disciplinar, conforme o caso.

4º Caso o interessado tenha concluído ou esteja cursando o curso de bacharelado em Direito, este deverá declarar expressamente que tem conhecimento da vedação da advocacia por servidores do Ministério Público, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, em caso de seu descumprimento.